



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DES. LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO

147

02

Sétima Câmara Cível

Recurso de Agravo Nº 196489-4-01 - Vara Única da Comarca de Petrolina

Recorrente(s): Estado de Pernambuco

Recorrido(s): Joaquim Marconiete Ramos Rolim

Relator: Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

**EMENTA: DIREITO TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. VALOR IRRISÓRIO. AUSÊNCIA DE INTERESSE DE AGIR DA FAZENDA. PRINCÍPIO DA ECONOMICIDADE. EXTINÇÃO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO E SEM BAIXA NA DISTRIBUIÇÃO. RECURSO DE AGRAVO IMPROVIDO. POR UNANIMIDADE.**

1. O exercício da jurisdição deve sempre levar em conta a utilidade do provimento jurisdicional pretendido em relação ao custo social de sua preparação.

2. Assim, a pretensão do Estado de cobrar créditos fiscais de valores ínfimos configura desperdício de verbas públicas, na medida em que a movimentação do aparato judicial, nesse caso, revela-se contraproducente e antieconômica.

3. Ressalte-se que o interesse de agir é de ser apurado e aferido em razão do procedimento executivo ora ajuizado, razão pela qual considero irrelevante perquirir se existem, ou não, débitos outros imputáveis ao mesmo contribuinte.

4. Com efeito, se existem débitos outros, cobráveis pela via executiva, não se justifica, à luz do princípio da economicidade, o ajuizamento isolado de processo relativo a valor ínfimo, nem muito menos a respectiva tramitação isolada, sobretudo à luz do permissivo contido no art. 28 da Lei de Execuções Fiscais.

5. Com vistas a diminuir as execuções fiscais de valor ínfimo, foi editada a Lei Complementar Estadual nº 133/2008, a qual autoriza o não-ajuizamento, bem como desistir, de execução fiscal de valores iguais ou inferiores aos determinados pela lei.

6. Acrescente-se, ainda, que, em homenagem à função uniformizadora do direito, e seguindo a diretriz jurisprudencial do Superior Tribunal de Justiça no Recurso Especial nº 1.111.982-SP (recurso repetitivo, julgado em 13 de maio de 2009 sob a égide do art. 543-C, do Código de Processo Civil), no sentido de que as execuções fiscais da Fazenda Nacional de pequeno valor devem ter seus autos arquivados, sem baixa na distribuição, entendo que os motivos determinantes daquele *decisum* aplicam-se, às execuções fiscais municipais e estaduais.

7. O Estado de Pernambuco, todavia, a despeito de, espontaneamente, haver tomado a iniciativa de limitar o ajuizamento das execuções fiscais, sob raciocínio utilitarista, tem-se insurgido contra semelhantes decisões, apoiando-se no argumento de que o valor de referência da Execução deveria ser o montante atualizado da mesma, de modo a refletir a real expressão econômica do crédito colimado.

5532



79  
L  
148

PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DES. LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO

02  
8. Não deixa de fazer sentido a preocupação com a realidade do crédito, todavia, se o papel primordial do Direito, na cultura ocidental contemporânea, é a pacificação/estabilização das relações sociais, isto induz à inclinação pela adoção do valor originário do débito, por oferecer muito maior segurança ante às flutuações de nossa economia, de longe, muito mais ágil do que as possibilidades do Direito e do processo.

9. Some-se a isso que, adotando, como parâmetro, o valor atualizado do crédito, ter-se-ia, praticamente, de abrir outra instrução, desta vez, em segundo grau, quando, processualmente, é cediço que os procedimentos, nas instâncias recursais, são muito mais parcimoniosos, não admitindo, em regra, dilações quejandas (fatalmente, ao se atualizarem os créditos, seria necessário abrir prazo para impugnações de ambas as partes, do que poderiam se seguir mais uma série de incidentes).

10. Diante desses motivos, parece mais adequada a adoção do valor original do crédito para efeitos do arquivamento da Execução. Aparentemente, pelo menos, a maior objeção ao perfilhamento desse ponto de vista é o receio de fuga de divisas do erário, devido à adoção de valor desatualizado. Entretanto, trata-se de temor infundado, baseado em uma pré-noção equivocada.

11. A execução é reversível, afinal, tem-se imposto, aqui, o arquivamento dos feitos, sem baixa na distribuição, de tal modo que, ainda que o valor original não seja consentâneo com sua real expressão econômica atual, no momento em que o crédito vier a ser cobrado, juntamente com outros do mesmo contribuinte, as distorções atinentes à desatualização do montante serão corrigidas e, enfim, a Fazenda Pública irá arrecadar a integralidade da quantia à qual faz jus.

12. Recurso de agravo não provido. Por unanimidade.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos do **Recurso de Agravo nº 196489-4/01**, da Comarca de Petrolina, em que figuram, como Recorrente, o **Estado de Pernambuco** e, como Recorrido, **Joaquim Marconiete Rolim**,

**ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Sétima Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, unanimemente, em **NEGAR PROVIMENTO** ao Recurso de Agravo em análise, tudo de conformidade com os votos anexos, os quais, devidamente revistos e rubricados, passam a integrar este julgado.

Recife, 07 de Junho de 2009.

**Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo**  
**Relator**



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DES. LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO

02

Sétima Câmara Cível

Recurso de Agravo Nº 196489-4-01 - Vara Única da Comarca de Petrolina

Recorrente(s): Estado de Pernambuco

Recorrido(s): Joaquim Marconiete Ramos Rolim

Relator: Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

**RELATÓRIO**

Trata-se de **Recurso de Agravo** interposto pelo **Estado de Pernambuco** em face de **Joaquim Marconiete Ramos Rolim**, impugnando decisão terminativa da lavra desta Relatoria exarada nos autos da Apelação Cível nº 196489-4, em apenso.

A decisão questionada deu provimento parcial ao recurso, determinando a extinção do processo sem resolução do mérito, com o respectivo arquivamento, sem baixa na distribuição, sob o argumento de que o valor perseguido é irrisório, carecendo o ente público estadual de interesse de agir.

A apelação insurgiu em face da sentença da lavra do Juiz de Direito da Vara da Fazenda Pública da Comarca de Petrolina, que, nos autos da Execução Fiscal, tombada sob o nº 233.1998.002009-2, extinguiu a execução sem resolução do mérito, desconstituindo a penhora que porventura tenha ocorrido sobre bens do patrimônio do executado, dando-se baixa na distribuição.

Aduz o Estado agravante, em síntese, que deve ser da Fazenda Pública exequente a iniciativa exclusiva de desistir da cobrança de créditos tributários irrisórios (Lei Estadual nº 11.687/99), vedando-se ao Judiciário adentrar no exame do mérito administrativo de tal desistência.

Alega, ainda, que resta claro não apenas a forma equivocada de utilização da Lei Complementar Estadual, mas também o interesse e a necessidade que possui a Fazenda Estadual de acionar a máquina judiciária e administrativa com vista à satisfação do crédito exequendo.

Requer, por fim, a reforma da decisão ora impugnada, consoante lhe faculta o artigo 557, § 1º do CPC ou, se assim não entender, que seja submetido o presente feito para julgamento da competente Câmara, a fim de que seja provido em todos os seus termos.

É o que de relevante se tem a relatar.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DES. LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO

29  
150

02

**VOTO**

Pode o juiz sentenciante analisar se a quantia perseguida pelo credor denota sua inutilidade, sob pena de afrontar o próprio interesse público.

Analisando a documentação acostada, infere-se a incompatibilidade do prosseguimento da presente execução, por ser antieconômico e o custo do processo ultrapassar o que está sendo executado, onerando, portanto, os cofres públicos.

O exercício da jurisdição deve sempre levar em conta a utilidade do provimento jurisdicional pretendido em relação ao custo social de sua preparação.

Assim, a pretensão do Estado de cobrar créditos fiscais de valores ínfimos configura desperdício de verbas públicas, na medida em que a movimentação do aparato judicial, nesse caso, revela-se contraproducente e antieconômica.

Ressalto que o interesse de agir é de ser apurado e aferido em razão do procedimento executivo ora ajuizado, razão pela qual considero irrelevante perquirir se existem, ou não, débitos outros imputáveis ao mesmo contribuinte.

Com efeito, se existem débitos outros, cobráveis pela via executiva, não se justifica, à luz do princípio da economicidade, o ajuizamento isolado de processo relativo a valor ínfimo, nem muito menos a respectiva tramitação isolada, sobretudo à luz do permissivo contido no art. 28 da Lei de Execuções Fiscais.

Se tais débitos outros não são cobráveis pela via executiva, o argumento fazendário não é pertinente.

**Acrescentando que a extinção do feito, por falta de interesse de agir, não faz coisa julgada material, permanecendo em aberto, portanto, a possibilidade de novo ajuizamento, em torno de valor de maior expressividade.**

Com vistas a diminuir as execuções fiscais de valor ínfimo, foi editada a Lei Complementar Estadual nº 133/2008, a qual autoriza o não-ajuizamento, bem como desistir, de execução fiscal de valores iguais ou inferiores aos determinados pela lei:

**LEI COMPLEMENTAR Nº 133, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2008.**  
Modifica o artigo 2º da Lei Complementar nº 105, de 20 de dezembro de 2007.



22  
151

PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DES. LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO

02

O GOVERNADOR DO ESTADO DE PERNAMBUCO:

Faço saber que a Assembléia Legislativa decretou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º O artigo 2º da Lei Complementar nº 105, de 20 de dezembro de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º. Ficam o Estado de Pernambuco, suas autarquias e fundações públicas autorizados a não ajuizar ação de execução fiscal cujo montante seja equivalente ou inferior a:

**I -- R\$ 10.000,00 (dez mil reais), nos créditos relativos ao Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS);**

**II -- R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), em relação aos demais créditos tributários ou não tributários.**

§ 1º É obrigatório o ajuizamento da ação de execução fiscal quando o valor total dos débitos de igual espécie e não ajuizados do mesmo devedor superar os limites fixados nos incisos I e II do caput deste artigo.

§ 2º O Estado de Pernambuco adotará meios extrajudiciais para a cobrança dos créditos referidos neste artigo."

Art. 2º A Lei Complementar nº 105, de 2007, passa a vigorar acrescida do seguinte artigo 2º-A:

"Art. 2º-A. Ficam o Estado de Pernambuco, suas autarquias e fundações públicas autorizados a desistir ou requerer a extinção de ação de execução fiscal quando o valor total dos débitos do mesmo devedor for equivalente ou inferior aos limites fixados no art. 2º desta Lei.

Parágrafo único. A autorização de que trata o caput deste artigo é condicionada à inexistência de embargos à execução, salvo desistência do embargante, sem ônus para a Fazenda Pública."

Art. 3º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

PALÁCIO DO CAMPO DAS PRINCESAS, em 11 de dezembro de 2008.

EDUARDO HENRIQUE ACCIOLY CAMPOS

Governador do Estado

Acrescento, ainda, que, em homenagem à função uniformizadora do direito, e seguindo a diretriz jurisprudencial do Superior Tribunal de Justiça no **Recurso Especial nº 1.111.982-SP** (recurso repetitivo, julgado em 13 de maio de 2009 sob a égide do art. 543-C, do Código de Processo Civil), no sentido de que as execuções fiscais da Fazenda Nacional de pequeno valor devem ter seus autos arquivados, sem baixa na distribuição, entendo que os motivos determinantes daquele *decisum* aplicam-se, às execuções fiscais municipais e estaduais.

Colaciono o acórdão abaixo:

TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. PEQUENO VALOR.  
ARQUIVAMENTO DO FEITO SEM BAIXA NA DISTRIBUIÇÃO.  
RECURSO SUBMETIDO AO PROCEDIMENTO DO ART. 543-C DO CPC  
E DA RESOLUÇÃO STJ 08/08.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DES. LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO

02

1. As execuções fiscais relativas a débitos iguais ou inferiores a R\$ 10.000,00 (dez mil reais) devem ter seus autos arquivados, sem baixa na distribuição. Exegese do artigo 20 da Lei 10.522/02, com a redação conferida pelo artigo 21 da Lei 11.033/04.

2. Precedentes: EREsp 669.561/RS, Rel. Min. Castro Meira, DJU de 1º.08.05; EREsp 638.855/RS, Rel. Min. João Otávio de Noronha, DJU de 18.09.06; EREsp 670.580/RS, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, DJU de 10.10.05; REsp 940.882/SP, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, DJe de 21.08.08; RMS 15.372/SP, Rel. Min. Humberto Martins, DJe de 05.05.08; REsp 1.087.842 Rel. Min. Benedito Gonçalves, DJe de 13.04.09; REsp 1.014.996/SP, Rel. Min. Denise Arruda, DJe de 12.03.09; EDcl no REsp 906.443/ SP, Rel. Min. Luiz Fux, DJe de 27.03.09; REsp 952.711/SP, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, DJe de 31.03.09.

3. Recurso representativo de controvérsia, submetido ao procedimento do art. 543-C do CPC e da Resolução STJ 08/08.

4. Recurso especial provido.

(REsp 1111982/SP, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 13/05/2009, DJe 25/05/2009).

**Destaco do voto do eminente Relator, Min. Castro Meira:**

**"(...) O caráter irrisório da execução fiscal não é causa determinante de sua extinção sem resolução de mérito, impondo-se apenas o arquivamento do feito, sem baixa na distribuição. (grifos nossos)**

O espírito da norma é o de desobstruir a máquina judiciária dos processos de pouca monta, bem como evitar os custos da cobrança, que pode equivaler, ou até superar o valor do crédito exequendo, sem que haja para o contribuinte o incentivo ao inadimplemento de suas obrigações tributárias."

Com espreque nessas razões, vimos, reiteradamente, extinguindo ou mantendo a extinção de execuções fiscais em condições análogas às do caso vertente, a exemplo dos colegas das câmaras fazendárias.

O Estado de Pernambuco, todavia, a despeito de, espontaneamente, haver tomado a iniciativa de limitar o ajulzamento das execuções fiscais, sob raciocínio utilitarista, tem-se insurgido contra semelhantes decisões, apoiando-se no argumento de que o valor de referência da Execução deveria ser o montante atualizado da mesma, de modo a refletir a real expressão econômica do crédito colimado.

Confesso que o pleito estatal não deixa de ter sua razoabilidade. Com efeito, é uma opinião plausível que se afira a pequenez do crédito em seu valor atualizado, tendo em vista a correção das distorções geradas pela depreciação da moeda. Todavia, na determinação do referencial para o valor do crédito (se o montante originário ou o atualizado), revela-se um conflito principiológico no ordenamento jurídico, entre um imperativo de economia -- aplicar a norma com base numa estimativa realista do valor do crédito fiscal -- e outro de segurança



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DES. LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO

02

- a adoção de um valor fixo, estável e, sobretudo, muito mais operacional, preocupação ingente, nesta superior instância, muito menos aparatada de contadoria do que o primeiro grau de jurisdição.

Não deixa de fazer sentido a preocupação com a realidade do crédito, todavia, se o papel primordial do Direito, na cultura ocidental contemporânea, é a pacificação/estabilização das relações sociais, isto induz a que nos inclinemos pela adoção do valor originário do débito, por nos oferecer muito maior segurança do que nos arrojarmos às flutuações de nossa economia, de longe, muito mais ágil do que as possibilidades do Direito e do processo.

Leve-se em consideração, por exemplo, o hiato temporal entre a assinatura de uma decisão, dentro do gabinete, e sua veiculação pública, via Diário Oficial, período dilatado, em se tratando de Execução Fiscal, por conta da necessidade de intimações pessoais da Fazenda (art. 25 da LEF):

**Art. 25 - Na execução fiscal, qualquer intimação ao representante judicial da Fazenda Pública será feita pessoalmente.**

Embora pareça distante, é bem factível a possibilidade de se prolatar uma decisão, com base no valor atualizado, determinando o arquivamento de Execução Fiscal de valor próximo, embora inferior a R\$ 10 mil, que, no interregno entre sua confecção e sua intimação, chegue a superar, por via de nova atualização, o limite em questão. Qual seria, então, o procedimento a ser adotado pela Fazenda: recorrer, com base em fato novo, ou aguardar o surgimento de novos créditos para proceder à Execução? Ou, para complicar ainda mais, será que os feitos arquivados poderão ser reinaugurados caso, com o passar do tempo, a atualização implique a superação da casa dos R\$ 10 mil?

Custa-me crer que a aplicação do Direito possa conduzir, justamente, à antítese da juridicidade: a desordem. No primeiro exemplo, pela abertura de dois flancos processuais para o mesmo problema. No segundo, pela alta instabilidade das decisões judiciais, permitindo, automaticamente, o desarquivamento dos feitos executórios pela sucessão de atualizações.

Some-se a isso que, adotando, como parâmetro, o valor atualizado do crédito, teríamos, praticamente, de abrir outra instrução, desta vez, em segundo grau, quando, processualmente, é cediço que os procedimentos, nas instâncias recursais, são muito mais parcimoniosos, não admitindo, em regra, dilações quejandas (fatalmente, ao se atualizarem os créditos, seria necessário abrir prazo para impugnações de ambas as partes, do que poderiam se seguir mais uma série de incidentes).



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DES. LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO

02

Aliás, devemos admitir, tampouco estamos aparatados para essa dilação: temos uma contadoria muito mais enxuta do que a da primeira instância, com atribuições muito específicas, e a sua exploração, para calcular atualização de créditos fiscais implicaria o engessamento das exações aqui processadas, perdas nos meandros da burocracia. Quiséssemos evitar esse entrave, certamente, teríamos despesas vultosas com contratação de pessoal e montagem de estrutura capaz de absorver tamanha demanda, o que contraria o próprio princípio de eficiência motivador da extinção de execuções de pequeno valor, além de ir de encontro ao espírito inspirador do princípio da reserva do possível: se esta é capaz de limitar, até mesmo, o gozo de direitos fundamentais, com muito mais razão, deve balizar a busca dos créditos por parte do ente público.

Diante desses motivos, parece-nos mais adequada a adoção do valor original do crédito para efeitos do arquivamento da Execução. Aparentemente, pelo menos, a maior objeção ao perfilhamento desse nosso ponto de vista é o receio de fuga de divisas do erário, devido à adoção de valor desatualizado. Entretanto, trata-se de temor infundado, baseado em uma pré-noção equivocada.

Ora, como já adiantamos e temos feito questão de frisar, em todos os expedientes análogos ao presente, a extinção da Execução é reversível, afinal, tem-se imposto, aqui, o arquivamento dos feitos, sem baixa na distribuição, de tal modo que, ainda que o valor original não seja consentâneo com sua real expressão econômica atual, no momento em que o crédito vier a ser cobrado, juntamente com outros do mesmo contribuinte, as distorções atinentes à desatualização do montante serão corrigidas e, enfim, a Fazenda Pública irá arrecadar a integralidade da quantia à qual faz jus.

Ante todo o exposto, não tendo as argumentações do ora agravante infirmado os fundamentos da decisão proferida por esta Relatoria, voto pelo **NÃO PROVIMENTO** ao presente recurso.

Recife, 07 de fevereiro de 2009.

Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo  
Relator